



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU.

**SETOR REQUISITANTE:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICIPIO DE CAREAÇU-MG.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 46.263,33 (Quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

206:1500 - 02.005.001.13.392.0013.2.189.3.3.90.30.00.

211:1500 - 02.005.001.13.392.0013.2.189.4.4.90.52.00.

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: a partir de 30 de junho de 2026 às 13:00 hrs**

**FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 13 de julho de 2026, às 09:00 hrs**

**DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 13 de julho de 2026, às 09:01 hrs**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 13 de julho de 2026, às 09:30 hrs**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**PORTARIA Nº 085 DE 01 DE JUNHO DE 2026:**

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO:** LUDMILA JUSSARA SANTANA

**EQUIPE DE APOIO:** MIRELLE CRISTINA MELO DA COSTA, LUIZ HENRIQUE LEMES RIBEIRO, RENATA DAS MERCES BRAGA JACOB, VANESSA CRISTINA DUARTE DE LACERDA E PAULO SERGIO DE ALMEIDA

**ESCLARECIMENTOS:** Diretamente pela plataforma de licitações

<https://careacu.licitapp.com.br/login>.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

Telefone: (35) 3026-4166 - Horário de funcionamento: 08h00min. às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.

**OBS: OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÃO SOLICITADOS APÓS A FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO, SENDO QUE O LICITANTE TERÁ SOMENTE UMA ÚNICA CHANCE PARA ANEXAR E ENVIAR.**

## PREÂMBULO

**EDITAL DE LICITAÇÃO - NORMAS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Careacú - Estado de Minas Gerais, por meio da Comissão de Contratação, sediada na Avenida Saturnino de Faria, nº 140 - Centro no mesmo município, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, na Plataforma de Licitações <https://careacu.licitapp.com.br/login>, conforme anexo I.

Os trabalhos serão conduzidos pela Sra. Ludmila Jussara Santana, Agente de Contratação (Pregoeira) e pela Comissão de Licitação, integrada por: Mirelle Cristina Melo da Costa, Luiz Henrique Lemes Ribeiro, Renata das Mercedes Braga Jacob, Vanessa Cristina Duarte de Lacerda e Paulo Segio de Almeida, designados através da portaria nº 085 de 01 de junho de 2026, anexado aos autos do procedimento e regido pelas Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Careacú, através do endereço eletrônico <http://pt.careacu.mg.gov.br/Licitacao>, na Plataforma de Licitações, através do endereço eletrônico <https://careacu.licitapp.com.br/login> e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Careacú, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico <https://careacu.licitapp.com.br/login>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Careacú <http://pt.careacu.mg.gov.br/Licitacao>.

A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU-MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será 1 (um) lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação do lote de interesse.

1.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta do contrato/ata de registro de preço.

## 2. INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA SH3

2.1. Para iniciar o cadastro no Sistema Eletrônico de Pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:

2.2. Acessar o painel pregão eletrônico em <https://careacu.licitapp.com.br/login> ;

2.3. Selecionar a opção (Entrar), caso não possua acesso, escolher a opção (Ainda não tenho cadastro), assim, será direcionado para a página <https://careacu.licitapp.com.br/login/novoUsuario> ). Feito isto,

Av. Saturnino de Faria, 140, Centro, Careacú – MG, CEP: 37.582-000 Telefone: (35) 3026-4166

E-mail: [licita.pcareacu@gmail.com](mailto:licita.pcareacu@gmail.com)/[contratacacaocareacumg@gmail.com](mailto:contratacacaocareacumg@gmail.com)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

2.4. preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo Sistema.

**OBS: LEMBRANDO QUE NESSE PRIMEIRO MOMENTO O CADASTRO SERÁ REFERENTE À EMPRESA (FORNECEDOR).**

2.5. Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o Login para acessar o Sistema.

2.6. Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no Sistema, automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do Sistema.

**OBS: PARA CADASTRAR UM NOVO USUÁRIO (REPRESENTANTE PARA A SESSÃO), SERÁ NECESSÁRIO FAZER O LOGIN: COM A OPÇÃO FORNECEDOR, CNPJ E SENHA.**

2.7. Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção **Usuário/Representante, utilizando o CPF e Senha**, pois, é com este perfil que será **PREENCHIDA E ANEXADA A PROPOSTA**, enviados os lances eletrônicos e anexada a documentação, da empresa que o credenciou.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A participação no certame será assegurada mediante o credenciamento dos licitantes interessados no Sistema SH3 Informática Ltda, para ofertar a proposta, enviar seus lances e apresentar a documentação de habilitação.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SISTEMA SH3 INFORMÁTICA LTDA**, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

3.6.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico SH3, proposta com a descrição do objeto ofertado, preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, os documentos de habilitação exigidos no edital deverão ser enviados após a fase de julgamento.

4.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de acesso à área do usuário indicado pelo fornecedor no sistema SH3.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.9 deste Edital.

4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.10. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.10.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

4.12.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.12.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10 ou 4.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.17.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.17.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.18.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá **SE SOLICITADO NA PLATAFORMA**, enviar/anexar a sua proposta formal **SEM IDENTIFICAÇÃO**, conforme modelo contido no **ANEXO II** do Edital e preencherá de forma



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

idêntica o sistema eletrônico com os seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário do Lote;
- 5.1.2. **MARCA, se a marca identificar a empresa, substituir por “Marca Própria”;**
- 5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
  - 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

6.2.1. **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE.**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00 (um real).

6.10. **O LANCE ENVIADO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO SEU PROPONENTE, RESPONDENDO O MESMO POR EVENTUAIS LANCES DE FORMA ERRÔNEA.**

6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de (15) quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.13. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

6.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.18. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.19. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.25.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.25.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.26.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta

Av. Saturnino de Faria, 140, Centro, Careaçú – MG, CEP: 37.582-000 Telefone: (35) 3026-4166

E-mail: [licita.pcareacu@gmail.com](mailto:licita.pcareacu@gmail.com)/[contratacacaocareacumg@gmail.com](mailto:contratacacaocareacumg@gmail.com)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

em ato contínuo à classificação;

6.26.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.26.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.26.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.26.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.26.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.26.2.2. Empresas brasileiras;

6.26.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.26.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.27.4. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.27.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.12 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações mínimas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careagu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência ANEXO I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO SERÃO ENVIADOS POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS, CONTADO DA SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO, PODENDO SER PRORROGADO POR MAIS 02 (DUAS) HORAS DESDE QUE O LICITANTE MANIFESTE.**

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. O fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. Fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada com microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido prazo mínimo de 20 (vinte minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.3. Nesse momento o Agente de Contratação/Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.7.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.7.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.7.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

9.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.14. Não havendo recurso, o Agente de Contratação/Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

9.15. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Careaçú/MG, sito: Av. Saturnino de Faria, nº 140 - Centro, Careaçú/MG.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada na plataforma, no prazo de 02 (duas) horas, se solicitada pela Pregoeira, a contar da Habilitação do licitante informado no sistema eletrônico e deverá.

10.2. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A proposta deverá ser igual aos lances formalizados em sistema.

10.6. Caso ocorra o não envio da proposta no prazo, o **pregoeiro encerrará o processo conforme os lances**.

10.7. As propostas readequadas devem manter a mesma margem de desconto a todos os itens de forma igualitária para evitar jogo de planilha, vedada a compensação entre os itens.

## 11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) as hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careagu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

- a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- b) **A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados obtidos junto à plataforma eletrônica, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.**

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. A autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor, caso não haja interposição de recurso.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação do procedimento licitatório, sendo realizada a contratação, será firmado o termo de contrato ou instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. À convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, será feita mediante meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (Cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.6. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei 14.133/21;

13.6.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.6.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 139 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração.

13.7. O prazo de vigência do contrato ou instrumento equivalente será de 12 (doze) meses, nos termos no art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da contratante e da contratada serão as especificadas no termo de referência e documento contratual.

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. As condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e documento contratual.

## 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 16.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 16.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 16.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. Fraudar a licitação.

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 16.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, através <https://careacu.licitapp.com.br/login>.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://careacu.licitapp.com.br/> [www.careacu.mg.gov.br](http://www.careacu.mg.gov.br).

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 18.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico preliminar
- 18.11.3. ANEXO III – Analise Riscos
- 18.11.4. ANEXO IV - Modelo Padrão de Proposta de Preços INICIAL
- 18.11.5. ANEXO V- Modelo Padrão de Proposta de Preços FINAL
- 18.11.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração Unificada
- 18.11.7. ANEXO VII - Minuta contrato.

Careaçu, 25 de junho de 2026.

**LUDMILA JUSSARA SANTANA**  
**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**EUGENIO RIBEIRO DOS SANTOS NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE 1	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	QUANT	UNID	MÉDIA ITEM	VALOR TOTAL
ITEM 01	<p><b>ESTILETE PARA BALIZA</b> – Confeccionado com haste em fibra de vidro de alta resistência, proporcionando leveza, durabilidade e excelente desempenho durante apresentações. Acompanha fita de cetim de alta qualidade, fixada ao estilete. Material: Haste em fibra de vidro e fita em cetim de alta qualidade.</p> <p>Dimensões: Haste com 55 cm de comprimento; fita com 5 cm de largura e 330 cm de comprimento. Construção: Haste confeccionada em fibra de vidro, com acabamento liso e resistente, permitindo manuseio seguro. Fita de cetim firmemente fixada ao estilete, garantindo resistência durante a execução dos movimentos.</p> <p>Inclui: 01 (um) estilete completo com fita de cetim. Cores: As cores da fita serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10	UNID	R\$ 146,707	R\$ 1.467,07
ITEM 02	<p><b>BALIZA – MACAQUINHO COM COLETE DUPLA FACE</b> - Conjunto composto por macaquinho com perninhas e saia sobreposta, confeccionado em malha suplex, acompanhado de colete dupla face confeccionado com até quatro recortes, conforme definição do demandante. Tecido do Colete: Oxford Work, gramatura de 180 g/m², composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeite em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida, na confecção deste uniforme, a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial, ideal para logotipos de pequeno porte; recortes nas mangas em cor contrastante, com acabamento em viés, vivo ou galão; macaquinho com perninhas e saia confeccionado em malha suplex; botões metalizados de aproximadamente 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento. Complexidade: Grau 6.</p>		4	UNID	R\$ 597,607	R\$ 2.390,43



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

ITEM 03	<p><b>BARRETINA</b> – Modelo cilíndrico, confeccionada em PVC rígido com espessura de 2 mm, proporcionando resistência, durabilidade e excelente acabamento. Revestida em napa, verniz ou veludo, conforme definição do contratante, com recortes bicolores e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Material: Estrutura em PVC rígido de 2 mm, revestimento em napa, verniz ou veludo e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Dimensões: Formato cilíndrico, com aproximadamente 13,5 cm de altura.</p> <p>Construção: Estrutura rígida em PVC, revestimento externo colado e acabado com recortes bicolores e aplicação de galão decorativo, garantindo resistência e excelente apresentação.</p> <p>Inclui: 01 (uma) barretina completa.</p> <p>Observação: Não acompanha penacho.</p> <p>Cores e acabamentos: As cores, os recortes e o acabamento em galão dourado ou prateado serão definidos pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		34	UNID	R\$ 185,673	R\$ 6.312,89
ITEM 04	<p><b>BASTÃO PARA BALIZA</b> – Confeccionado em alumínio de alta resistência, indicado para apresentações de balizas e corpo coreográfico. Possui barra revestida com fitas decorativas e adornada com marabu, proporcionando excelente acabamento estético e conforto no manuseio.</p> <p>Material: Barra em alumínio com espessura de 13 mm ou 19 mm, pontas com esferas em borracha de alta resistência, revestimento em fitas decorativas e acabamento em marabu.</p> <p>Dimensões: Barra com espessura de 13 mm ou 19 mm, conforme solicitação do contratante.</p> <p>Construção: Bastão confeccionado em alumínio, com costuras e fixações reforçadas, pontas protegidas por esferas em borracha para maior segurança durante o manuseio e revestimento decorativo em fitas e marabu.</p> <p>Inclui: 01 (um) bastão para baliza completo e 01 (uma) capa protetora.</p> <p>Cores: As cores do revestimento, do marabu e dos demais detalhes serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10	UNID	R\$ 208,607	R\$ 2.086,07
ITEM 05	<p><b>BOTA DE CANO LONGO</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano longo até a altura do joelho, com fechamento lateral por zíper, proporcionando conforto, praticidade e segurança durante o uso.</p> <p>Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha totalmente flexível, garantindo maior resistência, estabilidade e conforto.</p> <p>Dimensões: Cano longo até a altura do joelho, salto com aproximadamente 2,0 cm e numeração do 33 ao 46.</p> <p>Construção: Modelo de cano longo, com costuras reforçadas, fechamento lateral por zíper e sola colada, proporcionando maior durabilidade.</p> <p>Inclui: 01 (um) par de botas completas com fechamento lateral por zíper.</p> <p>Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, conforme a necessidade da Administração.</p>		4	UNID	R\$ 302,573	R\$ 1.210,29



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU




## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

ITEM 06	<p><b>BOTA DE JAZZ</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano médio, com fechamento por cadarço, proporcionando ajuste seguro, conforto e liberdade de movimentos durante apresentações e ensaios.</p> <p>Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha antiderrapante e reforçada, garantindo maior resistência, estabilidade e durabilidade.</p> <p>Construção: Cano médio, costuras reforçadas, fechamento por cadarço e sola colada e costurada, proporcionando maior segurança e vida útil ao calçado.</p> <p>Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, com disponibilidade de tamanhos conforme a necessidade da Administração.</p>		10	UNID	R\$ 258,04	R\$ 2.580,40
ITEM 07	<p><b>CORPO MUSICAL – TÚNICA E CALÇA</b></p> <p>Túnica com comprimento na altura do quadril, sem forro, com recortes conforme definição do demandante, modelo unissex, gola estilo padre com aplicação dupla de entretela, proporcionando maior durabilidade e facilidade de manutenção, sendo vedada a utilização de E.V.A. Possui cavas largas para melhor caimento e liberdade de movimentação, mangas retas e barras pespontadas. Acabamento conforme especificações e detalhes do modelo. Tecido: Oxford Work, gramatura de 180 g/m², composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeite em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. na confecção do uniforme. O descumprimento das especificações acarretará a recusa do material ou a desclassificação do fornecedor.</p> <p>Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial; dragona dupla, estruturada em TNT e revestida em tecido; aplicação de detalhes e franjas; acabamento em galão ou viés metálico; fechamento por meio de zíper destacável; ombreiras em espuma de 25 mm, revestidas em tecido e acabadas em overloque; botões metalizados de 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento.</p> <p>O conjunto acompanha uma calça unissex, confeccionada no mesmo tecido da túnica, com cós em elástico rebatido, pernas retas, barra pespontada e detalhe lateral opcional. Cada conjunto deverá ser fornecido acompanhado de 01 cabide em PVC e 01 capa protetora em TNT. As cores e os tamanhos serão definidos pelo demandante no momento da contratação. Não estão incluídos neste item cobertura (quepe, chapéu ou similar) nem calçados. Complexidade: Grau 6.</p>		34	UNID	R\$ 491,907	R\$ 16.724,83
ITEM 08	<p><b>SAPATO ESTILO MOCASSIM</b> – Confeccionado em couro sintético, modelo clássico, com fechamento não aparente, proporcionando conforto, durabilidade e acabamento refinado. Material: Couro sintético, sola em borracha antiderrapante e forro interno.</p>		34	UNID	R\$ 152,273	R\$ 5.177,29



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU


ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

	<p>Dimensões: Salto com altura entre 2,0 cm e 2,5 cm. Numeração disponível do 33 ao 46. Construção: Modelo mocassim, com costuras reforçadas e sola colada, garantindo resistência e durabilidade. Inclui: 01 (um) par de sapatos completos, sem acessórios adicionais.</p>					
ITEM 09	<p><b>VESTIDO DE BALIZA</b> – Confeccionado em formato de collant com perninha como base e saia sobreposta, adornado com arabescos cortados a laser, pedrarias, recortes diversos, aplicações em tela nude, partes em tecido com paetês, mangas longas e/ou curtas e fechamento por meio de zíper invisível na parte posterior. Acabamento fino e delicado. Tecido: Suplex, flexível e confortável, adequado para vestuário de performance e dança. Confeccionado com corte de precisão, enfeito em lâmina vertical, acabamento das extremidades com interloque e overloque e costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulhas nº 10/11. Detalhes: Fechamento por zíper invisível; aplicação de faixas, arabescos ou nós chineses confeccionados por meio de recortes a laser; aplicação de strass. Complexidade: Grau 6.</p>		10	UNID	R\$ 831,407	R\$ 8.314,07

- 1.2. Os bens objeto dessa contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos moldes do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.
- 1.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.
- 1.4. O contrato ou instrumento equivalente oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. JUSTIFICATIVA:

- 2.1. A contratação ocorrerá por meio de Processo licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.2. A Fanfarra Municipal constitui importante instrumento de inclusão social, formação artística e valorização da cultura local, contribuindo para o desenvolvimento integral de seus participantes por meio do fortalecimento de valores como disciplina, responsabilidade, cooperação, respeito às regras e trabalho em equipe.
- 2.3. A contratação para o fornecimento de uniformes é indispensável para garantir a adequada identificação visual dos integrantes da Fanfarra Municipal durante apresentações, desfiles cívicos, eventos culturais, festividades municipais e demais atividades oficiais promovidas pelo Município de Careacçu/MG. A utilização de uniformes padronizados proporciona organização, segurança, padronização visual, valorização institucional e melhor apresentação estética do grupo, reforçando sua identidade perante a comunidade.
- 2.4. A disponibilização dos uniformes também assegura igualdade entre os integrantes, promovendo o sentimento de pertencimento, integração e representatividade. Ademais, a Fanfarra Municipal desempenha relevante papel na preservação das tradições cívicas e culturais do município, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e dos vínculos comunitários.
- 2.5. Outro ponto relevante refere-se aos impactos positivos que a participação em atividades musicais proporciona ao desenvolvimento social, cultural e emocional dos participantes, estimulando a autoestima, a expressão artística, a convivência coletiva e o comprometimento com as ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Uma fanfarra devidamente estruturada e uniformizada contribui para a motivação dos integrantes, para a valorização das atividades culturais, para o fortalecimento da identidade institucional do Município e para uma apresentação visual padronizada durante desfiles cívicos, eventos culturais, solenidades oficiais e demais atividades públicas, transmitindo organização, profissionalismo e representatividade perante a comunidade.
- 2.6. Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados à Fanfarra Municipal, visando garantir a adequada identificação dos integrantes, a padronização visual do grupo, melhores condições para o desenvolvimento das atividades culturais e cívicas e o fortalecimento das ações educacionais, culturais e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do estudo Técnico Preliminar.
- 3.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se como bem comum, conforme descrito no art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021 “bens comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado”, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.
- 3.3. O Critério de Julgamento será o MENOR PREÇO POR LOTE.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 4.1. Subcontratação - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual:
  - 4.1.1. Considerando a natureza do objeto, que consiste na aquisição de Uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal, conclui-se que não será admitida a subcontratação, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bem comum.
  - 4.1.2. A vedação à subcontratação visa assegurar a responsabilidade direta da contratada pelo fornecimento, bem como garantir o controle da qualidade do material entregue e a adequada execução contratual.
- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 4.2.1. A não exigência de garantia justifica-se em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de bem comum, com baixa complexidade e risco operacional reduzido, bem como pela existência de ampla oferta no mercado.
  - 4.2.2. Ainda que dispensada a garantia contratual, a Administração realizará a fiscalização da execução e aplicará as sanções previstas em caso de descumprimento.
  - 4.2.3. A contratada será responsável pela substituição, sem ônus para a Administração, de produtos que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades com as especificações estabelecidas.
- 4.3. Requisitos de Fornecimento:
  - a) Entrega será realizada conforme demanda da Secretaria requisitante;
  - b) Prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, após solicitação, podendo ser ajustada em situações devidamente justificadas pela administração;
  - c) A contratada deverá responsabilizar-se pela entrega dos uniformes no prazo estabelecido, em local indicado pela Administração Municipal, arcando com todas as despesas de transporte, carga, descarga e demais custos inerentes ao fornecimento.
  - d) Os produtos entregues serão submetidos à conferência e fiscalização por servidor designado pela Administração, podendo ser recusados, no todo ou em parte, caso não atendam às especificações, qualidade ou condições estabelecidas no processo de contratação.
- 4.4. Requisitos de Qualidade:
  - a) Os uniformes deverão ser confeccionados com materiais de boa qualidade, resistência e durabilidade, garantindo conforto, mobilidade e segurança aos participantes durante ensaios, apresentações e demais atividades desenvolvidas pela fanfarra.
  - b) A empresa contratada deverá fornecer produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de conservação e fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos e padrões definidos no Termo de Referência.
  - c) Os uniformes deverão apresentar padronização visual, cores e características compatíveis com a identidade da Fanfarra Municipal, conforme modelo a ser aprovado pela Secretaria responsável.
  - d) Os materiais utilizados na confecção deverão possuir qualidade compatível com a finalidade do uso contínuo em apresentações e deslocamentos, assegurando resistência ao desgaste natural, conforto térmico e adequada apresentação estética.
  - e) Os tecidos deverão atender: Oxford Work 180 g/m<sup>2</sup>, comprovando atendimento aos seguintes requisitos:
    - Gramatura: ABNT NBR 10591:2008, com tolerância de ±10%;
    - Fios por unidade de comprimento: ABNT NBR 10588:2015, com tolerância de ±10%;
    - Resistência ao rasgo: ASTM D2261 (versão 2013 ou 2017), com tolerância de ±10%;
    - Resistência ao esgarçamento: ABNT NBR 9925:2009, com tolerância de ±10%.
- 4.5. Requisitos de Sustentabilidade:
  - a) Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais;
  - b) Atendimento à legislação ambiental vigente;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

#### 4.6. Requisitos Contratuais:

- a) Cumprimento integral dos prazos estabelecidos;
- b) Responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou inadequações do produto;
- c) Sujeição às penalidades previstas em caso de descumprimento;

#### 4.7. Requisitos Operacionais:

- a) Capacidade de atendimento da demanda municipal;
- b) Disponibilidade logística para entrega nos prazos estabelecidos;
- c) Atendimento às ordens de fornecimento emitidas pela Administração;

4.8. Os requisitos acima estabelecidos visam assegurar a contratação de empresa apta a fornecer uniformes que atendam às necessidades da Administração, garantindo qualidade, durabilidade, conforto, padronização e adequada identificação visual dos integrantes da Fanfara Municipal, contribuindo para o bom desempenho das atividades culturais, cívicas e institucionais desenvolvidas pelo Município

#### 4.9. Da Necessidade ou Conveniência de Vistoria Técnica

4.9.1. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de Uniformes para os integrantes da Fanfara Municipal, não se verifica a necessidade de realização de vistoria técnica prévia pelos licitantes, uma vez que as condições de fornecimento e as especificações do objeto podem ser adequadamente descritas neste Termo de Referência, não havendo complexidade que justifique inspeção in loco.

## 5. HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

### 5.1. Habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- e) Declaração conjunta conforme modelo constante no edital.

### 5.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal que abranja as contribuições sociais/previdenciárias, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- f) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa Municipal, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública municipal.

### 5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## 5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome da própria licitante (empresa), que demonstre a capacidade operacional no fornecimento de Uniformes conforme à contratação pretendida.
- a.1) Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando o endereço, CNPJ, endereço eletrônico e telefones, com identificação do nome e cargo do signatário.
- a.2) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 6. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO:

### 6.1. Da Exigência de Amostras pela Descrição do Objeto

- 6.1.1. Considerando a natureza do objeto, que consiste na aquisição Uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal, avalia-se a conveniência da exigência de amostras como instrumento de verificação da conformidade do produto ofertado estando de acordo com o disposto no art. 41, inciso II da Lei Federal 14.133 de 2021.
- 6.1.2. Tendo em vista tratar-se de bem comum, com especificações técnicas objetivamente definidas neste Termo de Referência, a exigência de amostras não se mostra obrigatória na fase de habilitação ou julgamento, podendo, entretanto, ser adotada como medida complementar de controle de qualidade.
- 6.1.3. Nesse sentido, a Administração **poderá**, a seu critério, exigir da licitante provisoriamente vencedora a apresentação de amostra do produto, com a finalidade de verificar o atendimento às especificações técnicas exigidas, conforme descritos neste Termo de referência.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 7.1. Custo estimado total da contratação R\$ 46.263,33 (Quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- 8.1. A entrega é de responsabilidade da empresa vencedora, e deverá ser feita no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, na Av. Saturnino de Faria, nº 140, Centro, Careacçu – MG, CEP: 37.582-000, em até 30 (trinta) dias Corridos, a contar da solicitação.
- 8.2. A entrega deverá ser acompanhada de Nota Fiscal.
- 8.3. Um representante da administração municipal deverá conferir os produtos no momento da entrega, verificando a conformidade com as especificações do edital.
- 8.4. O transporte do produto é de total responsabilidade do fornecedor, que deverá garantir condições adequadas para evitar danos ou avarias durante o transporte.
- 8.5. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.6. O regime de fornecimento a ser adotado na execução de contratação será:
- (X) O de entrega ou pelo fornecimento integral;
- ( ) O de entrega ou fornecimento continuado;
- ( ) O de entrega ou fornecimento parcelado.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.7.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

9.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## 10. SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da aquisição sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

10.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

10.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

11.1. O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando-se os critérios de recebimento provisório e definitivo, mediante verificação da conformidade do material com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação para a retificação ou substituição do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções.

11.3. O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, mediante verificação detalhada da qualidade do material, avaliação da conformidade com as especificações técnicas e análise de eventual documentação técnica (quando exigida).

11.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, em adequação do objeto.

11.4. No caso de controvérsia sobre a quantidade e qualidade dos produtos, poderá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal 14.133 de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, ou ser a parcela retida até ajuste.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

11.4.1. O prazo para a solução pelo contratado de inconsistências na execução do contrato ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

## **11.2. DO PRAZO DE FATURAMENTO E PARA O PAGAMENTO**

11.2.1. O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas iguais, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do valor total contratado cada.

11.2.1.1.A primeira parcela será paga após a entrega dos uniformes, mediante recebimento definitivo do objeto, apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atesto do fiscal do contrato e regular liquidação da despesa.

11.2.2.2. A segunda parcela será paga em até 30 (trinta) dias após o pagamento da primeira parcela, observadas a disponibilidade financeira da Administração e a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada.

11.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar o fornecimento dos produtos entregues.

11.2.3. Em havendo irregularidades na emissão da nota fiscal ou fatura, o prazo para o pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

11.2.4. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

## **11.3. FORMA DE PAGAMENTO DE PARCELA RECEBIDA**

11.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

11.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN da RFB 1.234 de 2012 atualizada e de acordo com o regulamento municipal aplicável.

11.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição nos documentos fiscais, de acordo com art. 4º da IN RFB 1.234 e as normas locais.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

12.1. Não se aplica.

## **13. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES:**

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, facultando-se ao licitante a participação no Lote de seu interesse.

## **14. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

14.1. O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. GARANTIA CONTRATUAL:**

15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO/ REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.1.1. Em caso de prorrogação do contrato, o preço deverá ser reajustado aplicando-se para tanto o índice IPCA-IBGE, tendo como data base a data da proposta.

16.2. Poderá ser solicitado, a qualquer tempo, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que torne excessivamente onerosa a execução contratual, conforme previsto na legislação vigente.

16.3. O licitante deverá encaminhar a solicitação de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro para o e-mail do Departamento responsável pela contratação, que realizará a análise do pedido e decidirá quanto à sua concessão, juntamente com a Assessoria Jurídica do Município.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias:

206:1500 - 02.005.001.13.392.0013.2.189.3.3.90.30.00.

211:1500 - 02.005.001.13.392.0013.2.189.4.4.90.52.00.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:**

18.1. A realização do processo licitatório se dará em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.

## **19. ASSINATURAS:**

19.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU-MG, conforme item 1, para constar como anexo ao edital.

Careaçu, 25 de junho de 2026.

\_\_\_\_\_  
**ZULEIMA FERREIRA JULIDORI BARROSO**  
**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## **ANEXO II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU-MG.

### **1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A Fanfarra Municipal constitui importante instrumento de inclusão social, formação artística e valorização da cultura local, contribuindo para o desenvolvimento integral de seus participantes por meio do fortalecimento de valores como disciplina, responsabilidade, cooperação, respeito às regras e trabalho em equipe.

1.2. A contratação para o fornecimento de uniformes é indispensável para garantir a adequada identificação visual dos integrantes da Fanfarra Municipal durante apresentações, desfiles cívicos, eventos culturais, festividades municipais e demais atividades oficiais promovidas pelo Município de Careacçu/MG. A utilização de uniformes padronizados proporciona organização, segurança, padronização visual, valorização institucional e melhor apresentação estética do grupo, reforçando sua identidade perante a comunidade.

1.3. A disponibilização dos uniformes também assegura igualdade entre os integrantes, promovendo o sentimento de pertencimento, integração e representatividade. Ademais, a Fanfarra Municipal desempenha relevante papel na preservação das tradições cívicas e culturais do município, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e dos vínculos comunitários.

1.4. Outro ponto relevante refere-se aos impactos positivos que a participação em atividades musicais proporciona ao desenvolvimento social, cultural e emocional dos participantes, estimulando a autoestima, a expressão artística, a convivência coletiva e o comprometimento com as ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Uma fanfarra devidamente estruturada e uniformizada contribui para a motivação dos integrantes, para a valorização das atividades culturais, para o fortalecimento da identidade institucional do Município e para uma apresentação visual padronizada durante desfiles cívicos, eventos culturais, solenidades oficiais e demais atividades públicas, transmitindo organização, profissionalismo e representatividade perante a comunidade.

1.5. Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados à Fanfarra Municipal, visando garantir a adequada identificação dos integrantes, a padronização visual do grupo, melhores condições para o desenvolvimento das atividades culturais e cívicas e o fortalecimento das ações educacionais, culturais e sociais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

### **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

2.1. A presente contratação não está previsto no plano de contratação anual.

### **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Subcontratação - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual:

3.1.1. Considerando a natureza do objeto, que consiste na aquisição de Uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal, conclui-se que não será admitida a subcontratação, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bem comum.

3.1.2. A vedação à subcontratação visa assegurar a responsabilidade direta da contratada pelo fornecimento, bem como garantir o controle da qualidade do material entregue e a adequada execução contratual.

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. A não exigência de garantia justifica-se em razão da natureza do objeto, consistente no fornecimento de bem comum, com baixa complexidade e risco operacional reduzido, bem como pela existência de ampla oferta no mercado.

3.2.2. Ainda que dispensada a garantia contratual, a Administração realizará a fiscalização da execução e aplicará as sanções previstas em caso de descumprimento.

3.2.3. A contratada será responsável pela substituição, sem ônus para a Administração, de produtos que apresentem vícios, defeitos ou desconformidades com as especificações estabelecidas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

### 3.3. Requisitos de Fornecimento:

- a) Entrega será realizada conforme demanda da Secretaria requisitante;
- b) Prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, após solicitação, podendo ser ajustada em situações devidamente justificadas pela administração;
- c) A contratada deverá responsabilizar-se pela entrega dos uniformes no prazo estabelecido, em local indicado pela Administração Municipal, arcando com todas as despesas de transporte, carga, descarga e demais custos inerentes ao fornecimento.
- d) Os produtos entregues serão submetidos à conferência e fiscalização por servidor designado pela Administração, podendo ser recusados, no todo ou em parte, caso não atendam às especificações, qualidade ou condições estabelecidas no processo de contratação.

### 3.4. Requisitos de Qualidade:

- a) A empresa contratada deverá fornecer produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de conservação e fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos e padrões definidos no Termo de Referência.
- b) Os uniformes deverão ser confeccionados com materiais de boa qualidade, resistência e durabilidade, garantindo conforto, mobilidade e segurança aos participantes durante ensaios, apresentações e demais atividades desenvolvidas pela fanfarra.
- c) Os uniformes deverão apresentar padronização visual, cores e características compatíveis com a identidade da Fanfarra Municipal, conforme modelo a ser aprovado pela Secretaria responsável.
- d) Os materiais utilizados na confecção deverão possuir qualidade compatível com a finalidade do uso contínuo em apresentações e deslocamentos, assegurando resistência ao desgaste natural, conforto térmico e adequada apresentação estética.
- e) Os tecidos deverão atender: Oxford Work 180 g/m<sup>2</sup>, comprovando atendimento aos seguintes requisitos:
  - Gramatura: ABNT NBR 10591:2008, com tolerância de  $\pm 10\%$ ;
  - Fios por unidade de comprimento: ABNT NBR 10588:2015, com tolerância de  $\pm 10\%$ ;
  - Resistência ao rasgo: ASTM D2261 (versão 2013 ou 2017), com tolerância de  $\pm 10\%$ ;
  - Resistência ao esgarçamento: ABNT NBR 9925:2009, com tolerância de  $\pm 10\%$ .

### 3.5. Requisitos de Sustentabilidade:

- a) Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais;
- b) Atendimento à legislação ambiental vigente;

### 3.6. Requisitos Contratuais:

- a) Cumprimento integral dos prazos estabelecidos;
- b) Responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou inadequações do produto;
- c) Sujeição às penalidades previstas em caso de descumprimento;

### 3.7. Requisitos Operacionais:

- a) Capacidade de atendimento da demanda municipal;
- b) Disponibilidade logística para entrega nos prazos estabelecidos
- c) Atendimento às ordens de fornecimento emitidas pela Administração;

3.8. Os requisitos acima estabelecidos visam assegurar a contratação de empresa apta a fornecer uniformes que atendam às necessidades da Administração, garantindo qualidade, durabilidade, conforto, padronização e adequada identificação visual dos integrantes da Fanfarra Municipal, contribuindo para o bom desempenho das atividades culturais, cívicas e institucionais desenvolvidas pelo Município

### 3.9. Da Necessidade ou Conveniência de Vistoria Técnica

3.9.1. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de Uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal, não se verifica a necessidade de realização de vistoria técnica prévia pelos licitantes, uma vez que as condições de fornecimento e as especificações do objeto podem ser adequadamente descritas neste Termo de Referência, não havendo complexidade que justifique inspeção in loco.

## 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. As quantidades estimadas constantes neste Estudo Técnico Preliminar foram definidas com base em estimativa técnica da Administração, sendo suficientes para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

LOTE 1	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	QUANT
ITEM 01	<p><b>ESTILETE PARA BALIZA</b> – Confeccionado com haste em fibra de vidro de alta resistência, proporcionando leveza, durabilidade e excelente desempenho durante apresentações. Acompanha fita de cetim de alta qualidade, fixada ao estilete. Material: Haste em fibra de vidro e fita em cetim de alta qualidade.</p> <p>Dimensões: Haste com 55 cm de comprimento; fita com 5 cm de largura e 330 cm de comprimento.</p> <p>Construção: Haste confeccionada em fibra de vidro, com acabamento liso e resistente, permitindo manuseio seguro. Fita de cetim firmemente fixada ao estilete, garantindo resistência durante a execução dos movimentos.</p> <p>Inclui: 01 (um) estilete completo com fita de cetim. Cores: As cores da fita serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10
ITEM 02	<p><b>BALIZA – MACAQUINHO COM COLETE DUPLA FACE</b> - Conjunto composto por macaquinho com perninhas e saia sobreposta, confeccionado em malha suplex, acompanhado de colete dupla face confeccionado com até quatro recortes, conforme definição do demandante.</p> <p>Tecido do Colete: Oxford Work, gramatura de 180 g/m<sup>2</sup>, composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeito em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida, na confecção deste uniforme, a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A.</p> <p>Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial, ideal para logotipos de pequeno porte; recortes nas mangas em cor contrastante, com acabamento em viés, vivo ou galão; macaquinho com perninhas e saia confeccionado em malha suplex; botões metalizados de aproximadamente 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento.</p> <p>Complexidade: Grau 6.</p>		4
ITEM 03	<p><b>BARRETINA</b> – Modelo cilíndrico, confeccionada em PVC rígido com espessura de 2 mm, proporcionando resistência, durabilidade e excelente acabamento. Revestida em napa, verniz ou veludo, conforme definição do contratante, com recortes bicolors e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Material: Estrutura em PVC rígido de 2 mm, revestimento em napa, verniz ou veludo e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Dimensões: Formato cilíndrico, com aproximadamente 13,5 cm de altura.</p> <p>Construção: Estrutura rígida em PVC, revestimento externo colado e acabado com recortes bicolors e aplicação de galão decorativo, garantindo resistência e excelente apresentação.</p> <p>Inclui: 01 (uma) barretina completa.</p> <p>Observação: Não acompanha penacho.</p> <p>Cores e acabamentos: As cores, os recortes e o acabamento em galão dourado ou prateado serão definidos pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		34
ITEM 04	<p><b>BASTÃO PARA BALIZA</b> – Confeccionado em alumínio de alta resistência, indicado para apresentações de balizas e corpo coreográfico. Possui barra revestida com fitas decorativas e adornada com marabu, proporcionando excelente acabamento estético e conforto no manuseio.</p> <p>Material: Barra em alumínio com espessura de 13 mm ou 19 mm, pontas com esferas em borracha de alta resistência, revestimento em fitas decorativas e acabamento em marabu.</p> <p>Dimensões: Barra com espessura de 13 mm ou 19 mm, conforme solicitação do contratante.</p> <p>Construção: Bastão confeccionado em alumínio, com costuras e fixações reforçadas, pontas protegidas por esferas em borracha para maior segurança durante o manuseio e revestimento decorativo em fitas e marabu.</p> <p>Inclui: 01 (um) bastão para baliza completo e 01 (uma) capa protetora.</p> <p>Cores: As cores do revestimento, do marabu e dos demais detalhes serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

## ESTADO DE MINAS GERAIS

**CNPJ: 17.935.388/0001-15**

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

ITEM 05	<p><b>BOTA DE CANO LONGO</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano longo até a altura do joelho, com fechamento lateral por zíper, proporcionando conforto, praticidade e segurança durante o uso. Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha totalmente flexível, garantindo maior resistência, estabilidade e conforto. Dimensões: Cano longo até a altura do joelho, salto com aproximadamente 2,0 cm e numeração do 33 ao 46. Construção: Modelo de cano longo, com costuras reforçadas, fechamento lateral por zíper e sola colada, proporcionando maior durabilidade. Inclui: 01 (um) par de botas completas com fechamento lateral por zíper. Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, conforme a necessidade da Administração.</p>		4
ITEM 06	<p><b>BOTA DE JAZZ</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano médio, com fechamento por cadarço, proporcionando ajuste seguro, conforto e liberdade de movimentos durante apresentações e ensaios. Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha antiderrapante e reforçada, garantindo maior resistência, estabilidade e durabilidade. Construção: Cano médio, costuras reforçadas, fechamento por cadarço e sola colada e costurada, proporcionando maior segurança e vida útil ao calçado. Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, com disponibilidade de tamanhos conforme a necessidade da Administração.</p>		10
ITEM 07	<p><b>CORPO MUSICAL – TÚNICA E CALÇA</b> Túnica com comprimento na altura do quadril, sem forro, com recortes conforme definição do demandante, modelo unissex, gola estilo padre com aplicação dupla de entreteia, proporcionando maior durabilidade e facilidade de manutenção, sendo vedada a utilização de E.V.A. Possui cavas largas para melhor caimento e liberdade de movimentação, mangas retas e barras pespontadas. Acabamento conforme especificações e detalhes do modelo. Tecido: Oxford Work, gramatura de 180 g/m<sup>2</sup>, composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfesto em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. na confecção do uniforme. O descumprimento das especificações acarretará a recusa do material ou a desclassificação do fornecedor. Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial; dragona dupla, estruturada em TNT e revestida em tecido; aplicação de detalhes e franjas; acabamento em galão ou viés metálico; fechamento por meio de zíper destacável; ombreiras em espuma de 25 mm, revestidas em tecido e acabadas em overloque; botões metalizados de 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento. O conjunto acompanha uma calça unissex, confeccionada no mesmo tecido da túnica, com cós em elástico rebatido, pernas retas, barra pespontada e detalhe lateral opcional. Cada conjunto deverá ser fornecido acompanhado de 01 cabide em PVC e 01 capa protetora em TNT. As cores e os tamanhos serão definidos pelo demandante no momento da contratação. Não estão incluídos neste item cobertura (quepe, chapéu ou similar) nem calçados. Complexidade: Grau 6.</p>		34
ITEM 08	<p><b>SAPATO ESTILO MOCASSIM</b> – Confeccionado em couro sintético, modelo clássico, com fechamento não aparente, proporcionando conforto, durabilidade e acabamento refinado. Material: Couro sintético, sola em borracha antiderrapante e forro interno. Dimensões: Salto com altura entre 2,0 cm e 2,5 cm. Numeração disponível do 33 ao 46. Construção: Modelo mocassim, com costuras reforçadas e sola colada, garantindo resistência e durabilidade. Inclui: 01 (um) par de sapatos completos, sem acessórios adicionais.</p>		34
ITEM 09	<p><b>VESTIDO DE BALIZA</b> – Confeccionado em formato de collant com perninha como base e saia sobreposta, adornado com arabescos cortados a laser, pedrarias, recortes diversos, aplicações em tela nude, partes em tecido com paetês, mangas longas e/ou curtas e fechamento por meio de zíper invisível na parte posterior. Acabamento fino e delicado. Tecido: Suplex, flexível e confortável, adequado para vestuário de performance e dança. Confeccionado com corte de precisão, enfesto em lâmina vertical, acabamento das extremidades com interloque e overloque e costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulhas nº 10/11. Detalhes: Fechamento por zíper invisível; aplicação de faixas, arabescos ou nós chineses confeccionados por meio de recortes a laser; aplicação de strass. Complexidade: Grau 6.</p>		10



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado visando identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade de fornecimento de uniformes para os integrantes da Fanfarra Municipal.

5.2. Após a análise das alternativas, concluiu-se que a solução mais vantajosa é a contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento dos uniformes, por possibilitar o atendimento integral das especificações técnicas, assegurar a padronização das peças, garantir a qualidade dos materiais empregados e proporcionar melhor relação entre custo e benefício para a Administração Pública.

5.3. Diante da necessidade, foram analisadas as seguintes possibilidades para a solução.

**Solução 1:** O processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços: Permite definir as necessidades da Secretaria conforme demanda, estabelecendo quantidades e especificações técnicas sem exigir quantitativos exatos, pois resulta em uma Ata de Registro de Preços. Essa modalidade é indicada quando não é possível determinar com precisão as quantidades a serem adquiridas.

**Solução 2:** O processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico sem o uso do Sistema de Registro de Preços: Permite definir as necessidades da Secretaria conforme demanda, com quantidades e especificações técnicas adequadas ao objeto do estudo técnico preliminar. No entanto, exige a definição do quantitativo a ser adquirido.

**Solução 3:** A adesão a uma Ata de Registro de Preços é amplamente utilizada pela administração pública por proporcionar um processo de contratação mais ágil e seguro, já concluído e livre de impugnações, recursos, entre outras intercorrências que prejudicam a tramitação do processo. Contudo, ao aderir a atas de outros órgãos, o município deve aceitar integralmente suas condições, assumindo eventuais vícios ou falhas existentes.

Tabela comparativa das soluções:

Solução	Descrição	Vantagens	Desvantagens
Solução 1	Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços	Permite atender a demanda conforme a necessidade da Secretaria; não exige definição de quantitativos exatos; resulta em Ata de Registro de Preços; maior flexibilidade e eficiência na gestão.	Requer planejamento prévio das especificações técnicas e gestão da ata durante sua vigência.
Solução 2	Pregão Eletrônico sem Sistema de Registro de Preços	Possibilita definir quantidades e especificações técnicas conforme o estudo técnico preliminar; processo competitivo.	Exige definição do quantitativo exato reduzindo a flexibilidade e podendo gerar compras desnecessárias.
Solução 3	Adesão a Ata de Registro de Preços de outros órgãos	Processo mais ágil e seguro; contratação já concluída; ausência de impugnações e recursos.	Necessidade de aceitar integralmente as condições da ata; risco de assumir eventuais falhas; inexistência, até o momento, de ata que atenda a todos os itens e quantidades necessárias.

## 6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Destacamos que a metodologia utilizada para a obtenção dos valores foi com base em pesquisa de preços, utilizando cotações com fornecedores.

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de uniformes destinados aos integrantes da Fanfarra Municipal de Careaçú/MG, conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência. A escolha desta solução fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Padronização:** garante uniformidade na identidade visual dos integrantes da fanfarra, fortalecendo a representação institucional do Município;
- **Qualidade:** possibilita a confecção de peças com tecidos, aviamentos e acabamentos que atendam às especificações técnicas exigidas, proporcionando maior durabilidade e conforto;
- **Personalização:** permite a produção dos uniformes conforme o modelo, cores, bordados, tamanhos e demais características específicas da Fanfarra Municipal;
- **Economicidade:** a contratação em lote proporciona melhor relação custo-benefício para a Administração, em comparação à aquisição individual de peças;
- **Adequação à necessidade:** assegura que todos os integrantes recebam uniformes compatíveis com suas medidas, garantindo melhor ajuste, conforto e apresentação durante ensaios e eventos oficiais.

7.1.1. A solução contempla a confecção e o fornecimento dos uniformes em conformidade com as especificações técnicas definidas pela Administração, com entrega no prazo estabelecido no Termo de Referência, garantindo o atendimento das necessidades da Fanfarra Municipal.

7.2. A realização da contratação por meio de processo licitatório mostra-se adequada em razão de:

7.2.1. Atendimento integral das especificações: A contratação de empresa especializada assegura a confecção dos uniformes de acordo com o modelo, materiais, cores, bordados e demais características técnicas definidas pela Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

7.2.2. Eficiência na contratação: A realização de um único procedimento licitatório possibilita o fornecimento de todos os uniformes necessários, garantindo padronização, controle contratual e cumprimento dos prazos de entrega.

7.2.3. Economicidade: A contratação em lote permite maior competitividade entre os licitantes, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021.

7.2.4. Planejamento administrativo: A aquisição dos uniformes atende à necessidade previamente identificada, permitindo que os integrantes da Fanfara Municipal disponham das vestimentas padronizadas para apresentações, eventos cívicos e demais atividades institucionais.

7.3. O ciclo de vida do objeto da contratação compreende as seguintes etapas:

a) Contratação: Realização do processo licitatório para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento dos uniformes, conforme as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

b) Confecção: Produção dos uniformes pela contratada, utilizando os tecidos, aviamentos e demais materiais especificados, observando os padrões de qualidade, acabamento, cores, bordados e tamanhos definidos pela Administração.

c) Entrega: Os uniformes serão entregues pela contratada no local indicado pela Administração, devidamente acondicionados para garantir sua integridade durante o transporte.

d) Recebimento: O recebimento será realizado por servidor designado, mediante conferência quantitativa e qualitativa das peças, verificando a conformidade com as especificações técnicas e contratuais.

e) Utilização: Os uniformes serão distribuídos aos integrantes da Fanfara Municipal para utilização em ensaios, apresentações, eventos cívicos, culturais e demais atividades oficiais promovidas pelo Município.

f) Destinação final: Ao término de sua vida útil, os uniformes inutilizados deverão receber destinação ambientalmente adequada, observando, sempre que possível, práticas de reaproveitamento, reciclagem ou descarte em conformidade com a legislação ambiental vigente.

## 8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. Nos termos dos incisos II e III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação será realizada por lote único, considerando que todas as peças que compõem os uniformes da Fanfara Municipal possuem especificações técnicas complementares e devem apresentar padronização quanto aos tecidos, cores, acabamentos, bordados e demais características que assegurem a identidade visual do conjunto.

8.2. O agrupamento em lote único mostra-se a solução mais adequada ao interesse público, pois garante a uniformidade dos uniformes, evita diferenças de tonalidade, modelagem e acabamento entre peças confeccionadas por fornecedores distintos, além de facilitar a gestão e a fiscalização contratual.

8.3. Não será admitida cotação parcial das quantidades previstas para o lote, devendo os licitantes apresentar proposta para a totalidade dos itens que o compõem, de forma a assegurar a viabilidade da contratação, a padronização dos uniformes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Como resultados pretendidos, espera-se:

- Padronização dos uniformes dos integrantes da fanfara, fortalecendo a identidade visual e a representatividade do Município.
- Melhoria na imagem institucional da Fanfara em desfiles, eventos cívicos, culturais, educacionais e demais solenidades públicas.
- Disponibilização de uniformes confeccionados com materiais de qualidade, proporcionando maior conforto, durabilidade e adequação às atividades desenvolvidas.
- Valorização dos integrantes da Fanfara, promovendo melhores condições para sua participação nas apresentações e incentivando o engajamento nas atividades culturais do Município.
- Atendimento ao interesse público, assegurando que a Fanfara disponha dos recursos necessários para representar o Município de Careacçu-MG com qualidade, organização e profissionalismo.

## 10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

10.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se fazem necessárias a contratação de objetos correlatos.

## 11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Considera-se que a presente contratação apresenta impactos ambientais reduzidos, uma vez que se trata do fornecimento de uniformes confeccionados, não envolvendo processos produtivos realizados pelo Município. Diante do exposto, conclui-se que a contratação não apresenta impactos ambientais significativos, sendo compatível com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental aplicáveis às contratações públicas.

Av. Saturnino de Faria, 140, Centro, Careacçu – MG, CEP: 37.582-000 Telefone: (35) 3026-4166

E-mail: [licita.pcareacu@gmail.com](mailto:licita.pcareacu@gmail.com)/[contratacacaocareacumg@gmail.com](mailto:contratacacaocareacumg@gmail.com)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## 12 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para viabilizar a contratação e assegurar o adequado fornecimento dos uniformes destinados aos integrantes da Fanfarras do Município de Careaçu-MG, deverão ser adotadas providências prévias de natureza administrativa e operacional, consistentes, no mínimo, em:

- Levantamento das necessidades, com a definição dos modelos, tamanhos, quantitativos estimados, características técnicas, cores, materiais, identidade visual e padrões de qualidade dos uniformes a serem adquiridos;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo a descrição detalhada dos itens, especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos de entrega, critérios de recebimento e demais requisitos necessários à contratação;
- Verificação e indicação de dotação orçamentária suficiente e compatível para atender às despesas decorrentes da contratação;
- Realização de pesquisa de preços junto ao mercado, visando à obtenção da estimativa do valor da contratação, em conformidade com a legislação vigente;
- Conferência e organização da documentação necessária à instrução do processo licitatório, incluindo a análise de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica da futura contratada, conforme exigido no edital;
- Planejamento dos procedimentos de recebimento, conferência e distribuição dos uniformes, verificando a conformidade dos tamanhos, modelos, materiais, acabamento, personalizações e demais especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- Designação formal de gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, fiscalização do fornecimento, verificação da qualidade dos uniformes entregues, recebimento dos produtos e registro de eventuais ocorrências administrativas

## 13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão. Não há contratações correlatas no município que possa sobrepor a presente contratação, sob o aspecto econômico, a estimativa de preço foi definida com base nos valores praticados no mercado. Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação e pelo prosseguimento do processo, mediante formalização do Termo de Referência e demais providências administrativas necessárias, condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente, pelo que sugere-se a realização de processo licitatório, na modalidade pregão, na forma eletrônica.

Declaro que sou responsável pela elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, que corresponde a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU-MG.

Careaçu, 25 de junho de 2026.

**ZULEIMA FERREIRA JULIDORI BARROSO**  
**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## ANEXO III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 MAPA DE RISCOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS INTEGRANTES DA FANFARRA, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS DEMANDAS DAS APRESENTAÇÕES, DESFILES, EVENTOS CÍVICOS, CULTURAIS E DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FANFARRA DO MUNICÍPIO DE CAREAÇU-MG									
Solicitação nº 20/2026									
RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	Fase	Evento	Consequência	Probabilidade da Ocorrência	Impacto	Nível de Aceitação do Risco	Ações Preventivas	Ações Contingenciais	Responsável
R01	Planejamento	Definição inadequada das especificações dos uniformes	Aquisição de uniformes incompatíveis com as necessidades da fanfarras	Médio	Médio	Média Aceitação	Definição detalhada das especificações técnicas e quantidades	Revisão das especificações e ajustes em futuras contratações	Secretaria requisitante
R02	Planejamento	Pesquisa de preço ineficiente	Licitação fracassada ou contratação com preços incompatíveis com o mercado	Baixo	Alto	Média Aceitação	Realizar pesquisa de preço conforme Lei 14.133/2021	Atualização da pesquisa de preços e republicação do certame, se necessário	Secretaria requisitante
R03	Planejamento	Levantamento inadequado da demanda	Aquisição em quantidade insuficiente ou excessiva	Médio	Médio	Média Aceitação	Realizar levantamento junto aos responsáveis pelas secretarias requisitantes	Ajuste quantitativo por aditivo ou nova contratação	Secretaria requisitante
R04	Julgamento	Proposta inexecutável	Inexecução contratual	Médio	Alto	Inaceitável	Análise de exequibilidade da proposta	Convocação próximo colocado	Licitação
R05	Gestão e Fiscalização do Contrato	Atraso na entrega dos uniformes	Comprometimento nas manutenções das vias públicas	Médio	Alto	Inaceitável	Estabelecer prazos claros e fiscalização contínua	Aplicação das penalidades cabíveis e convocação dos remanescentes, se necessário	Gestor do contrato
R06	Gestão e Fiscalização do Contrato	Fornecimento de uniformes em desconformidade com as especificações técnicas	Prejuízo à utilização e necessidade de reposição	Médio	Alto	Inaceitável	Conferência na entrega dos uniformes	Substituição dos itens em desacordo	Gestor do contrato
R07	Seleção do Fornecedor	Ausência de interessados ou participação insuficiente de fornecedores	Licitação deserta ou fracassada	Baixo	Alto	Média Aceitação	Ampla divulgação do edital e especificações compatíveis com a realidade do mercado	Republicação do certame e atualização da pesquisa de preços	Sector de Licitações

Careacú, 25 de junho de 2026.

**ZULEIMA FERREIRA JULIDORI BARROSO**  
**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Av. Saturnino de Faria, 140, Centro, Careacú – MG, CEP: 37.582-000 Telefone: (35) 3026-4166

E-mail: [licita.pcareacu@gmail.com](mailto:licita.pcareacu@gmail.com)/[contratacacaocareacumg@gmail.com](mailto:contratacacaocareacumg@gmail.com)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026


MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODELO DE PROPOSTA **INICIAL SEM IDENTIFICAÇÃO**

### OBS: NÃO IDENTIFICAR A EMPRESA

#### Especificações técnicas:

LOTE 1	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	QUANT	UNID	MÉDIA ITEM	VALOR TOTAL
ITEM 01	<p><b>ESTILETE PARA BALIZA</b> – Confeccionado com haste em fibra de vidro de alta resistência, proporcionando leveza, durabilidade e excelente desempenho durante apresentações. Acompanha fita de cetim de alta qualidade, fixada ao estilete. Material: Haste em fibra de vidro e fita em cetim de alta qualidade.</p> <p>Dimensões: Haste com 55 cm de comprimento; fita com 5 cm de largura e 330 cm de comprimento. Construção: Haste confeccionada em fibra de vidro, com acabamento liso e resistente, permitindo manuseio seguro. Fita de cetim firmemente fixada ao estilete, garantindo resistência durante a execução dos movimentos.</p> <p>Inclui: 01 (um) estilete completo com fita de cetim. Cores: As cores da fita serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10	UNID		
ITEM 02	<p><b>BALIZA – MACAQUINHO COM COLETE DUPLA FACE</b> - Conjunto composto por macaquinho com perninhas e saia sobreposta, confeccionado em malha suplex, acompanhado de colete dupla face confeccionado com até quatro recortes, conforme definição do demandante. Tecido do Colete: Oxford Work, gramatura de 180 g/m², composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeite em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida, na confecção deste uniforme, a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial, ideal para logotipos de pequeno porte; recortes nas mangas em cor contrastante, com acabamento em viés, vivo ou galão; macaquinho com perninhas e saia confeccionado em malha suplex; botões metalizados de aproximadamente 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento. Complexidade: Grau 6.</p>		4	UNID		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

ITEM 03	<p><b>BARRETINA</b> – Modelo cilíndrico, confeccionada em PVC rígido com espessura de 2 mm, proporcionando resistência, durabilidade e excelente acabamento. Revestida em napa, verniz ou veludo, conforme definição do contratante, com recortes bicolores e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Material: Estrutura em PVC rígido de 2 mm, revestimento em napa, verniz ou veludo e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Dimensões: Formato cilíndrico, com aproximadamente 13,5 cm de altura.</p> <p>Construção: Estrutura rígida em PVC, revestimento externo colado e acabado com recortes bicolores e aplicação de galão decorativo, garantindo resistência e excelente apresentação.</p> <p>Inclui: 01 (uma) barretina completa.</p> <p>Observação: Não acompanha penacho.</p> <p>Cores e acabamentos: As cores, os recortes e o acabamento em galão dourado ou prateado serão definidos pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		34	UNID		
ITEM 04	<p><b>BASTÃO PARA BALIZA</b> – Confeccionado em alumínio de alta resistência, indicado para apresentações de balizas e corpo coreográfico. Possui barra revestida com fitas decorativas e adornada com marabu, proporcionando excelente acabamento estético e conforto no manuseio.</p> <p>Material: Barra em alumínio com espessura de 13 mm ou 19 mm, pontas com esferas em borracha de alta resistência, revestimento em fitas decorativas e acabamento em marabu.</p> <p>Dimensões: Barra com espessura de 13 mm ou 19 mm, conforme solicitação do contratante.</p> <p>Construção: Bastão confeccionado em alumínio, com costuras e fixações reforçadas, pontas protegidas por esferas em borracha para maior segurança durante o manuseio e revestimento decorativo em fitas e marabu.</p> <p>Inclui: 01 (um) bastão para baliza completo e 01 (uma) capa protetora.</p> <p>Cores: As cores do revestimento, do marabu e dos demais detalhes serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10	UNID		
ITEM 05	<p><b>BOTA DE CANO LONGO</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano longo até a altura do joelho, com fechamento lateral por zíper, proporcionando conforto, praticidade e segurança durante o uso.</p> <p>Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha totalmente flexível, garantindo maior resistência, estabilidade e conforto.</p> <p>Dimensões: Cano longo até a altura do joelho, salto com aproximadamente 2,0 cm e numeração do 33 ao 46.</p> <p>Construção: Modelo de cano longo, com costuras reforçadas, fechamento lateral por zíper e sola colada, proporcionando maior durabilidade.</p> <p>Inclui: 01 (um) par de botas completas com fechamento lateral por zíper.</p> <p>Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, conforme a necessidade da Administração.</p>		4	UNID		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU




## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

ITEM 06	<p><b>BOTA DE JAZZ</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano médio, com fechamento por cadarço, proporcionando ajuste seguro, conforto e liberdade de movimentos durante apresentações e ensaios.</p> <p>Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha antiderrapante e reforçada, garantindo maior resistência, estabilidade e durabilidade.</p> <p>Construção: Cano médio, costuras reforçadas, fechamento por cadarço e sola colada e costurada, proporcionando maior segurança e vida útil ao calçado.</p> <p>Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, com disponibilidade de tamanhos conforme a necessidade da Administração.</p>		10	UNID		
ITEM 07	<p><b>CORPO MUSICAL – TÚNICA E CALÇA</b></p> <p>Túnica com comprimento na altura do quadril, sem forro, com recortes conforme definição do demandante, modelo unissex, gola estilo padre com aplicação dupla de entretela, proporcionando maior durabilidade e facilidade de manutenção, sendo vedada a utilização de E.V.A. Possui cavas largas para melhor caimento e liberdade de movimentação, mangas retas e barras pespontadas. Acabamento conforme especificações e detalhes do modelo. Tecido: Oxford Work, gramatura de 180 g/m<sup>2</sup>, composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeite em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. na confecção do uniforme. O descumprimento das especificações acarretará a recusa do material ou a desclassificação do fornecedor.</p> <p>Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial; dragona dupla, estruturada em TNT e revestida em tecido; aplicação de detalhes e franjas; acabamento em galão ou viés metálico; fechamento por meio de zíper destacável; ombreiras em espuma de 25 mm, revestidas em tecido e acabadas em overloque; botões metalizados de 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento.</p> <p>O conjunto acompanha uma calça unissex, confeccionada no mesmo tecido da túnica, com cós em elástico rebatido, pernas retas, barra pespontada e detalhe lateral opcional. Cada conjunto deverá ser fornecido acompanhado de 01 cabide em PVC e 01 capa protetora em TNT. As cores e os tamanhos serão definidos pelo demandante no momento da contratação. Não estão incluídos neste item cobertura (quepe, chapéu ou similar) nem calçados. Complexidade: Grau 6.</p>		34	UNID		
ITEM 08	<p><b>SAPATO ESTILO MOCASSIM</b> – Confeccionado em couro sintético, modelo clássico, com fechamento não aparente, proporcionando conforto, durabilidade e acabamento refinado. Material: Couro sintético, sola em borracha antiderrapante e forro interno.</p>		34	UNID		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU


ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

	<p>Dimensões: Salto com altura entre 2,0 cm e 2,5 cm. Numeração disponível do 33 ao 46. Construção: Modelo mocassim, com costuras reforçadas e sola colada, garantindo resistência e durabilidade. Inclui: 01 (um) par de sapatos completos, sem acessórios adicionais.</p>				
ITEM 09	<p><b>VESTIDO DE BALIZA</b> – Confeccionado em formato de collant com perninha como base e saia sobreposta, adornado com arabescos cortados a laser, pedrarias, recortes diversos, aplicações em tela nude, partes em tecido com paetês, mangas longas e/ou curtas e fechamento por meio de zíper invisível na parte posterior. Acabamento fino e delicado. Tecido: Suplex, flexível e confortável, adequado para vestuário de performance e dança. Confeccionado com corte de precisão, enfesto em lâmina vertical, acabamento das extremidades com interloque e overloque e costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulhas nº 10/11. Detalhes: Fechamento por zíper invisível; aplicação de faixas, arabescos ou nós chineses confeccionados por meio de recortes a laser; aplicação de strass. Complexidade: Grau 6.</p>		10	UNID	

#### EMPRESA DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
- 6 ATESTA O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS CONFORME ANEXO I DO EDITAL.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

**MODELO DE PROPOSTA FINAL**

### DADOS DO FORNECEDOR:

<b>NOME DE FANTASIA:</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>INSC. EST.:</b>	
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>
<b>CEP:</b>	<b>E-MAIL:</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>FAX:</b>
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>	<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>	

### Especificações técnicas:

LOTE	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	QUANT	UNID	MÉDIA ITEM	VALOR TOTAL
ITEM 01	<p><b>ESTILETE PARA BALIZA</b> – Confeccionado com haste em fibra de vidro de alta resistência, proporcionando leveza, durabilidade e excelente desempenho durante apresentações. Acompanha fita de cetim de alta qualidade, fixada ao estilete. Material: Haste em fibra de vidro e fita em cetim de alta qualidade.</p> <p>Dimensões: Haste com 55 cm de comprimento; fita com 5 cm de largura e 330 cm de comprimento. Construção: Haste confeccionada em fibra de vidro, com acabamento liso e resistente, permitindo manuseio seguro. Fita de cetim firmemente fixada ao estilete, garantindo resistência durante a execução dos movimentos.</p> <p>Inclui: 01 (um) estilete completo com fita de cetim. Cores: As cores da fita serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10	UNID		
ITEM 02	<p><b>BALIZA – MACAQUINHO COM COLETE DUPLA FACE</b> - Conjunto composto por macaquinho com perninhas e saia sobreposta, confeccionado em malha suplex, acompanhado de colete dupla face confeccionado com até quatro recortes, conforme definição do demandante. Tecido do Colete: Oxford Work, gramatura de 180 g/m², composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeito em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida, na confecção deste uniforme, a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em</p>		4	UNID		

Av. Saturnino de Faria, 140, Centro, Careacçu – MG, CEP: 37.582-000 Telefone: (35) 3026-4166

E-mail: [licita.pcareacu@gmail.com](mailto:licita.pcareacu@gmail.com)/[contratacaocareacumg@gmail.com](mailto:contratacaocareacumg@gmail.com)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

	<p>máquina de bordado industrial, ideal para logotipos de pequeno porte; recortes nas mangas em cor contrastante, com acabamento em viés, vivo ou galão; macaquinho com perninhas e saia confeccionado em malha suplex; botões metalizados de aproximadamente 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento.</p> <p>Complexidade: Grau 6.</p>				
ITEM 03	<p><b>BARRETINA</b> – Modelo cilíndrico, confeccionada em PVC rígido com espessura de 2 mm, proporcionando resistência, durabilidade e excelente acabamento. Revestida em napa, verniz ou veludo, conforme definição do contratante, com recortes bicolors e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Material: Estrutura em PVC rígido de 2 mm, revestimento em napa, verniz ou veludo e acabamento em galão dourado ou prateado.</p> <p>Dimensões: Formato cilíndrico, com aproximadamente 13,5 cm de altura.</p> <p>Construção: Estrutura rígida em PVC, revestimento externo colado e acabado com recortes bicolors e aplicação de galão decorativo, garantindo resistência e excelente apresentação.</p> <p>Inclui: 01 (uma) barretina completa.</p> <p>Observação: Não acompanha penacho.</p> <p>Cores e acabamentos: As cores, os recortes e o acabamento em galão dourado ou prateado serão definidos pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		34	UNID	
ITEM 04	<p><b>BASTÃO PARA BALIZA</b> – Confeccionado em alumínio de alta resistência, indicado para apresentações de balizas e corpo coreográfico. Possui barra revestida com fitas decorativas e adornada com marabu, proporcionando excelente acabamento estético e conforto no manuseio.</p> <p>Material: Barra em alumínio com espessura de 13 mm ou 19 mm, pontas com esferas em borracha de alta resistência, revestimento em fitas decorativas e acabamento em marabu.</p> <p>Dimensões: Barra com espessura de 13 mm ou 19 mm, conforme solicitação do contratante.</p> <p>Construção: Bastão confeccionado em alumínio, com costuras e fixações reforçadas, pontas protegidas por esferas em borracha para maior segurança durante o manuseio e revestimento decorativo em fitas e marabu.</p> <p>Inclui: 01 (um) bastão para baliza completo e 01 (uma) capa protetora.</p> <p>Cores: As cores do revestimento, do marabu e dos demais detalhes serão definidas pelo contratante, conforme a identidade visual da corporação.</p>		10	UNID	
ITEM 05	<p><b>BOTA DE CANO LONGO</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano longo até a altura do joelho, com fechamento lateral por zíper, proporcionando conforto, praticidade e segurança durante o uso.</p> <p>Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha totalmente flexível, garantindo maior resistência, estabilidade e conforto.</p> <p>Dimensões: Cano longo até a altura do joelho, salto com aproximadamente 2,0 cm e numeração do 33 ao 46.</p> <p>Construção: Modelo de cano longo, com costuras reforçadas, fechamento lateral por zíper e sola colada, proporcionando maior durabilidade.</p> <p>Inclui: 01 (um) par de botas completas com fechamento lateral por zíper.</p> <p>Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão</p>		4	UNID	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

	definidas pelo contratante, conforme a necessidade da Administração.				
ITEM 06	<p><b>BOTA DE JAZZ</b> – Confeccionada em couro sintético, modelo de cano médio, com fechamento por cadarço, proporcionando ajuste seguro, conforto e liberdade de movimentos durante apresentações e ensaios.</p> <p>Material: Cabedal em couro sintético, forro interno e sola em borracha antiderrapante e reforçada, garantindo maior resistência, estabilidade e durabilidade.</p> <p>Construção: Cano médio, costuras reforçadas, fechamento por cadarço e sola colada e costurada, proporcionando maior segurança e vida útil ao calçado.</p> <p>Cores e tamanhos: As cores e a numeração serão definidas pelo contratante, com disponibilidade de tamanhos conforme a necessidade da Administração.</p>		10	UNID	
ITEM 07	<p><b>CORPO MUSICAL – TÚNICA E CALÇA</b></p> <p>Túnica com comprimento na altura do quadril, sem forro, com recortes conforme definição do demandante, modelo unissex, gola estilo padre com aplicação dupla de entreteia, proporcionando maior durabilidade e facilidade de manutenção, sendo vedada a utilização de E.V.A. Possui cavas largas para melhor caimento e liberdade de movimentação, mangas retas e barras pespontadas. Acabamento conforme especificações e detalhes do modelo. Tecido: Oxford Work, gramatura de 180 g/m², composição 100% poliéster. Confeccionado com corte de precisão, enfeite em lâmina vertical, acabamento das extremidades em interloque e overloque, costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulha nº 14. Acabamento com fita de gorgurão de 10 mm e viés de 2,5 cm. Exigências Técnicas: Não será admitida a utilização de tecido obtido por dublagem térmica, em razão da menor durabilidade e da dificuldade de manutenção. Também não será aceito o uso de E.V.A. na confecção do uniforme. O descumprimento das especificações acarretará a recusa do material ou a desclassificação do fornecedor. Detalhes: Bordado personalizado de aproximadamente 10 x 10 cm, confeccionado em máquina de bordado industrial; dragona dupla, estruturada em TNT e revestida em tecido; aplicação de detalhes e franjas; acabamento em galão ou viés metálico; fechamento por meio de zíper destacável; ombreiras em espuma de 25 mm, revestidas em tecido e acabadas em overloque; botões metalizados de 20 mm; aplicação de viés ou vivo para acabamento.</p> <p>O conjunto acompanha uma calça unissex, confeccionada no mesmo tecido da túnica, com cós em elástico rebatido, pernas retas, barra pespontada e detalhe lateral opcional. Cada conjunto deverá ser fornecido acompanhado de 01 cabide em PVC e 01 capa protetora em TNT. As cores e os tamanhos serão definidos pelo demandante no momento da contratação. Não estão incluídos neste item cobertura (quepe, chapéu ou similar) nem calçados. Complexidade: Grau 6.</p>		34	UNID	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

ITEM 08	<p><b>SAPATO ESTILO MOCASSIM</b> – Confeccionado em couro sintético, modelo clássico, com fechamento não aparente, proporcionando conforto, durabilidade e acabamento refinado. Material: Couro sintético, sola em borracha antiderrapante e forro interno. Dimensões: Salto com altura entre 2,0 cm e 2,5 cm. Numeração disponível do 33 ao 46. Construção: Modelo mocassim, com costuras reforçadas e sola colada, garantindo resistência e durabilidade. Inclui: 01 (um) par de sapatos completos, sem acessórios adicionais.</p>		34	UNID		
ITEM 09	<p><b>VESTIDO DE BALIZA</b> – Confeccionado em formato de collant com perninha como base e saia sobreposta, adornado com arabescos cortados a laser, pedrarias, recortes diversos, aplicações em tela nude, partes em tecido com paetês, mangas longas e/ou curtas e fechamento por meio de zíper invisível na parte posterior. Acabamento fino e delicado. Tecido: Suplex, flexível e confortável, adequado para vestuário de performance e dança. Confeccionado com corte de precisão, enfesto em lâmina vertical, acabamento das extremidades com interloque e overloque e costuras em máquina reta, utilizando linha nº 07 e agulhas nº 10/11. Detalhes: Fechamento por zíper invisível; aplicação de faixas, arabescos ou nós chineses confeccionados por meio de recortes a laser; aplicação de strass. Complexidade: Grau 6.</p>		10	UNID		

A EMPRESA \_\_\_\_\_ DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.
- 6 ATESTA O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## ANEXO VI

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026**

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede administrativa na \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei:

a) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

b) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

c) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

d) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

e) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

f) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

g) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

h) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026**

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**MINUTA CONTRATO**

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI MUNICÍPIO DE CAREAÇU/MG, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA XXXXXXXXXX.**

O MUNICÍPIO DE CAREAÇU, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Av. Saturnino de Faria, nº 140 – Centro no mesmo município, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.935.388/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EUGÊNIO RIBEIRO DOS SANTOS NETO, nomeado pela Ata de Sessão Solene de Posse de 01 de janeiro de 2026, portador da matrícula funcional nº 13087, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº XX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXXXXXXXX.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XX1	R\$

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2. O edital de licitação;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da presente contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art.º. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

##### **5.1. PREÇO**

- 5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ XX (XXXXXXXXXXXX).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## 5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## 5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado de acordo com o termo de referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como data-base a data da proposta.

6.3. Poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos da legislação vigente.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a Assessoria Jurídica do Município / Procuradoria Jurídica Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 01 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local de entrega para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## 9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

- (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- (a) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careacçu

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão na ficha nºXX, fonte XX.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 17.935.388/0001-15

Prefeitura Municipal de Careaçú

Páginas

Nº: \_\_\_\_\_

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São Gonçalo do Sapucaí/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Careaçu, XX de XXX de 2026.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE CAREAÇU**  
**EUGÊNIO RIBEIRO DOS SANTOS NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**RAZÃO SOCIAL**

TESTEMUNHAS:

1-

2-